



## Após acordo com o Congresso, governo publica nova tabela do IR



Fruto de entendimento entre o Executivo e o Parlamento, MP 670 determina correção escalonada para diferentes faixas salariais

Foi publicada no *Diário Oficial da União* a medida provisória que estabelece reajuste de 4,5% a 6,5% para cinco faixas salariais na tabela do Imposto de Renda. Com a edição da MP, negociada entre o governo e o Parlamento, o Congresso seguiu a expectativa do Executivo e manteve o veto da Presidência a reajuste único de 6,5%. Insatisfeita com a MP, oposição pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal. **4**

Renan Calheiros preside sessão do Congresso que manteve veto à correção de 6,5% na tabela do imposto

### Votação de vetos presidenciais ganha regra e fica mais rápida

De acordo com proposta aprovada ontem, os vetos presidenciais a projetos de lei passarão a ser votados com mais rapidez pelo Congresso Nacional. Haverá limite para o número de destaques apresentados e tanto a votação quanto a apuração serão eletrônicas. **3**

### Contribuição previdenciária sobre trabalho doméstico é mantida **5**

### Ciclo quer encontrar alternativas ao financiamento da educação **7**

### Direitos trabalhistas são tema de audiência

A Comissão de Direitos Humanos faz hoje uma audiência interativa sobre mudanças recentes em direitos trabalhistas e previdenciários. As alterações, propostas em

medidas provisórias, atingem, por exemplo, pensões, seguro-desemprego e auxílio doença. Senadores e sindicatos se manifestaram contra redução de benefícios. **8**



Paim atendeu pedido de sindicatos e propôs debate sobre benefícios de trabalhadores



Creuza Maria Oliveira, uma das agraciadas, mostra o diploma entre a senadora Lidice da Mata e a ministra Nilma Lino

### Senado entrega Diploma Bertha Lutz

Senadores homenagearam seis mulheres que se destacam pela defesa dos direitos femininos, como a ministra do Supremo

Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia e a presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Teixeira. **2**

### Parlamentares confirmam decisão de Dilma sobre contratos de energia **6**

### Comissão debaterá desenvolvimento regional com três ministros **7**

### Sem acordo entre base e oposição, Orçamento fica para terça-feira **6**

Pesquisa FGV comprova  
**Senado é 100% transparente**

SENADO FEDERAL



Conforme a pesquisa Estado Brasileiro e Transparência, da Fundação Getúlio Vargas, o Senado atendeu a 100% dos pedidos de informação no mais abrangente estudo feito sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher é marcada por entrega de diploma criado pelo Senado para reconhecer a luta pelos direitos femininos

Marcos Oliveira/Agência Senado



As agraciadas com o Diploma Bertha Lutz deste ano: aprovação pelo Congresso da Lei do Femicídio foi elogiada

## Contribuição à igualdade reconhecida pelo Senado

O CONGRESSO NACIONAL comemorou, em sessão solene na tarde de ontem, o Dia Internacional da Mulher e entregou o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2015 a seis personalidades com relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil. A aprovação pelo Congresso do projeto (transformado na Lei 13.104/2015) que prevê o crime de feminicídio foi um dos pontos mais destacados nos discursos.

Neste ano, o prêmio foi entregue a seis mulheres: a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creuza Maria Oliveira; a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia; a socióloga Clara Araújo; a pesquisadora Mary Garcia Castro; a educadora Ivanilda

Pinheiro Salucci; e a presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Teixeira. Além delas, foi homenageada, postumamente, a psicóloga Débora Martins Bonafé dos Santos, fundadora da ONG SOS Mulher Família de Taubaté.

— A trajetória de vida e a obra de cada uma das homenageadas nos dão a esperança de que um dia melhor chegará ao país. E para que muitas outras sigam o exemplo de vocês é que o Senado as homenageia hoje com o Diploma Bertha Lutz — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Na visão dele, a sessão é um símbolo do engajamento do Congresso na luta das mulheres pela igualdade de direitos, lembrando a instalação, na terça-feira, da Comissão Per-

manente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A aprovação da Lei do Femicídio foi lembrada por vários parlamentares e convidados, entre eles a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) e a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

Em nome das homenageadas, a presidente do STM, Maria Elizabeth Teixeira, destacou a necessidade da adoção de ações afirmativas de gênero no país. Como exemplo, citou a Lei 9.504/1997, que reserva 30% das candidaturas de cada partido para as mulheres.

O Diploma Bertha Lutz foi criado em 2001 e já premiou 70 mulheres. A senadora Ângela Portela (PT-RR) preside o conselho que escolhe as homenageadas, composto por outros 14 membros.

## Integrantes da bancada feminina ocupam postos de comando na Casa

A bancada feminina no Senado cresceu com o resultado das últimas eleições. São 13 mulheres exercendo o mandato atualmente. Kátia Abreu (PMDB-TO) se licenciou do cargo para comandar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mas não é só no governo que elas ocupam postos de comando.

Ângela Portela (PT-RR) faz parte da Mesa do Senado. É a titular da Quarta-Secretaria. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) é a procuradora da Mulher no Senado. Criada em 2013 pelo presidente Renan Calheiros no sentido de mais transparência, eficiência e racionalização administrativa, a procuradoria é um importante instrumento na luta pela emancipação feminina, afirma a senadora.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) é, desde abril de 2013, a ouvidora-geral do Senado. Em 2013 e 2014, foram recebidas 4.286 mensagens (quase todas respondidas), por quatro canais: site, serviço Alô Senado (0800 612211), cartas e urnas espalhadas pelo Senado. Houve o lançamento do programa de rádio *Espaço Ouvidoria* e mudanças organizacionais para dar mais agilidade e efetividade ao atendimento ao cidadão.

Ana Amélia (PP-RS) foi eleita este ano para a presidência da Comissão de Agricultura (CRA). Gleisi Hoffmann (PT-PR) foi escolhida pela bancada petista para a vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Rose de Freitas (PMDB-ES) foi

indicada para a presidência da Comissão Mista de Orçamento. Se confirmada, será a primeira vez que uma mulher presidirá a comissão.

A atuação das senadoras também ocorre nas lideranças partidárias. Lídice da Mata (PSB-BA) é a líder do bloco Socialismo e Democracia. Vanessa Grazziotin (AM) é líder do PCdoB e Fátima Bezerra (RN) é vice-líder do PT.

As senadoras têm trabalhado com a bancada feminina da Câmara. Uma das principais bandeiras é garantir que a reforma política não prejudique a participação das mulheres no Parlamento. As congressistas querem aprovar mudanças na Constituição para garantir às mulheres uma cota de, no mínimo, 30% das cadeiras no Legislativo e de 30% dos recursos do Fundo Partidário. Para Ana Amélia, a destinação do fundo para mulheres depende de um debate maior sobre o financiamento público de campanhas.

### Histórico

A primeira representante do sexo feminino que chegou ao Senado mediante um processo eletivo foi Eunice Michiles, do Amazonas, em 1979. Ela era suplente de João Bosco de Lima, morto dois meses após se eleger senador. No Império, a princesa Isabel havia ocupado o cargo por direito dinástico.

Só em 1990 seriam eleitas as primeiras mulheres que se candidataram diretamente ao Senado: Júnia Marise (MG) e Marluce Pinto (RR).

## Renan garante apoio à Lei Brasileira de Inclusão

Na tarde de ontem, a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), acompanhada dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Romário (PSB-RJ), pediu apoio ao presidente do Senado, Renan Calheiros, na tramitação do projeto da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A Câmara aprovou a matéria (PL 7.699/2006) na semana passada.

Mara foi relatora do projeto em comissão especial da Câ-

mara. O texto (PLS 6/2003) foi apresentado por Paim. A proposta, que era conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi aprovada na forma do substitutivo da relatora na Câmara e voltou para análise final do Senado.

— O projeto dispõe sobre saúde, educação, infraestrutura, trabalho, emprego, tecnologias, tudo à luz da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das

Pessoas com Deficiência — afirmou Mara Gabrilli.

A deputada disse que o projeto vai criar uma lei moderna de acordo com as garantias que devem ser dadas ao cidadão com deficiência.

— A convenção da ONU foi o primeiro tratado do século 21 para as pessoas com deficiência. Dessa forma, eu atualizei o projeto e o deixei moderno e exequível. Cada item foi tratado diretamente com o governo e disponibilizado no e-Democracia para que cada cidadão pudesse contribuir. — disse a deputada.

De acordo com Renan, o Senado não vai poupar esforços para garantir a aprovação célere da matéria.

— Desde que assumi a presidência, tratei de viabilizar a adequação das instalações da Casa para torná-la uma referência na questão da acessibilidade.

Jonas Pereira/Agência Senado



Relatora do texto na Câmara, Mara conversa com Renan, Romário e Paim

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Sessão deliberativa.

#### PRESIDÊNCIA Presidente do TCU

11h Renan Calheiros recebe presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Aroldo Cedraz. Às 14h, preside sessão deliberativa.

#### CRA Caminhoneiros

8h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove audiência pública sobre o impacto da greve dos caminhoneiros no setor produtivo.

#### CDH Mudança em benefícios

9h A Comissão de Direitos Humanos faz audiência pública interativa sobre as MPs 664/2014 e 665/2014, que alteram benefícios trabalhistas e previdenciários.

#### CRE Lei de Migração

10h Na pauta da Comissão de Relações Exteriores, constam o PLS 288/2013, que institui a Lei de Migração, e o PLS 15/2013, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Proposta cria novas regras para tornar mais rápido o exame dos vetos presidenciais a projetos de lei. Também estabelece, entre outras medidas, limite de tempo para os debates

# Congresso aprova votação eletrônica de vetos

FOI APROVADO PELO Congresso ontem projeto de resolução que altera regras para análise de vetos presidenciais. O texto foi imediatamente publicado no *Diário do Congresso* e posto em prática na mesma sessão conjunta do Senado e da Câmara. O objetivo da mudança é tornar mais rápido o exame de vetos, que terá apuração eletrônica.

A aprovação do projeto (PRN 1/2015) se deu por votação simbólica, quando há consenso sobre um tema e não é necessário o registro individual de votos. O acordo para a aprovação foi construído no início da sessão pelo relator, senador Jorge Viana (PT-AC), e pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), que foi o relator ad hoc — encarregado da leitura da proposta. Eles chegaram a entendimento com lideranças da Câmara e do Senado, especialmente sobre normas para pedido de votação em separado de partes dos vetos, os destaques.

Se as divergências não tivessem sido superadas, o projeto seria retirado da pauta, conforme afirmou o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, para não atrasar o exame dos vetos que travavam a pauta e permitir também a votação do Orçamento da União (PLN 13/2014).

O texto substitutivo aprovado manteve regra do projeto original condicionando a quantidade de destaques ao número de parlamentares do partido ou bloco. Mas

incluiu determinação para dobrar o número de destaques permitidos sempre que estiverem em exame mais de oito projetos vetados ou mais de 80 dispositivos.

Conforme as regras aprovadas, partido ou bloco com 5 a 24 deputados e com 3 a 5 senadores terá direito a 1 destaque por cédula; com 25 a 49 deputados e com 6 a 11 senadores, 2 destaques por cédula; com 50 a 74 deputados e 12 a 17 senadores, 3 destaques; e com 75 ou mais deputados e 18 ou mais senadores, 4 destaques. Frente ao número de vetos em exame ontem (316 dispositivos vetados pela Presidência da República em nove projetos de lei), foi aplicada a possibilidade de dobrar o número de destaques permitidos.

O acordo também permitiu atribuir aos líderes o papel de requerer destaques sem a

necessidade de aprovação pelo Plenário. Poderão ser destacados dispositivos individuais ou conexos, conforme ajuste ao texto anunciado por Jucá, antes da votação do projeto de resolução.

## Nova cédula

O projeto explicita que não poderá haver sobreposição de requerimentos, ou seja, o pedido de destaque feito por um líder de bloco parlamentar inviabiliza que os líderes dos partidos que formam o bloco requeiram outros destaques. A votação em separado das partes destacadas será feita pelo painel eletrônico e haverá encaminhamento, por cinco minutos, de dois senadores e dois deputados, devendo ser de forma alternada entre favoráveis e contrários.

O PRN 1/2015 institui a apuração eletrônica dos vetos,

funcionalidade que permite que se conheça o resultado minutos após o término da votação. O conjunto de vetos em pauta é examinado em globo e a votação tem início após quatro senadores e seis deputados terem discutido a matéria, sem prejuízo da continuidade dos debates. Os líderes terão um minuto para orientar as bancadas.

A cédula eletrônica substitui a votação por cédula de papel, processo usado até então e criticado pela morosidade na apuração, especialmente em razão do volume de vetos examinados por sessão. Pelas novas regras, sempre que houver vetos em pauta, uma cédula eletrônica estará disponível na página do Congresso na internet, com acesso aberto a todos os cidadãos, contendo informações sobre o projeto de lei que foi objeto

de veto, parcial ou integral, e a justificativa presidencial.

A cédula permite ao parlamentar votar “sim”, para manter o veto; “não”, para derrubá-lo; ou “abstenção”. Caso haja orientação da liderança pela obstrução, que é um recurso usado para evitar a votação de uma proposta, o parlamentar não marcará nenhuma das opções. Nesse caso, o voto em branco excluirá a participação do parlamentar para contagem do quórum exigido para a votação.

Depois de marcar seu voto, o parlamentar imprime a cédula, gerando um QR Code (espécie de código de barras) com suas escolhas. Ele assina a cédula impressa e a entrega no local de votação instalado no Plenário da Câmara, onde são realizadas as sessões do Congresso. Um servidor identifica o parlamentar e afixa na cédula uma etiqueta, com nome e foto do congressista, além de um outro código de barras com sua identificação. A etiqueta e o QR Code passam então por um leitor óptico que registra as escolhas.

À medida que as cédulas são entregues, os votos vão sendo automaticamente computados. Minutos após a conclusão da votação, o resultado pode ser conhecido.

O projeto de resolução fixa para a terceira terça-feira de cada mês as sessões do Congresso para exame de vetos. Caso haja impossibilidade de ocorrer nesse dia, será convocada sessão conjunta para a terça-feira seguinte.



Pedro Franco/Agência Senado

Aprovação do novo processo foi possível graças a acordo de líderes e já valeu para a sessão conjunta do Congresso ontem

## Mudança nas regras é bem recebida pela maioria dos senadores

A aprovação do projeto de resolução que altera regras para análise de vetos presidenciais foi saudada pelos senadores.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que o novo sistema constitui uma evolução para o Legislativo. Ele também elogiou a fixação da terceira terça-feira de cada mês para a sessão do Congresso destinada ao exame de vetos.

— Nós conseguimos fazer uma resolução que dá

oportunidade à discussão de cada veto, dá oportunidade de destaque de alguns vetos e dá condição de agilizar o processo — afirmou.

Na definição de Alvaro Dias (PSDB-PR), o sistema representa uma proposta pragmática para facilitar a votação e conter a acumulação de vetos.

Humberto Costa (PT-PE) considerou positivo o limite de tempo de votação de cada veto presidencial — 30 minutos no

Senado e 45 minutos na Câmara, definido por consenso dos líderes partidários.

Para ele, o limite reduz as chances de “obstrução pelo cansaço”, contribuindo para o debate entre governo e oposição.

— Óbvio que é legítimo obstruir, forçar uma negociação, mas a gente quer resolver as divergências pelo cansaço, com sessões que viram a noite e não chegam a um resultado, não é algo bom.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que comemorou o estabelecimento de regras claras, reconheceu a controvérsia sobre o tempo de votação, mas considerou que o novo regulamento “não limita o direito da minoria”.

— Não dá para você ter recursos infinitos de obstrução. Você até pode ter recursos, mas não podem ser infinitos.

Apesar de declarar-se favorável à medida, Ronaldo Caiado (DEM-GO) condenou a con-

tinuidade do que classificou como farsa que torna difícil a derrubada de vetos. Para ele, as manobras para votação com quórum reduzido de modo a favorecer o governo equivalem a voltar à antiga situação de não se votar os vetos.

— Você abre o painel para a derrubada de um veto com 303 votantes, quando se necessita de 257 votos contrários. Então, na prática, realmente nenhum veto vai ser derrubado — lamentou o senador.

### O caminho da nova cédula



► Para cada veto, o parlamentar poderá votar “sim”, “não” ou se abster. Se quiser obstruir a votação, não marcará nenhuma opção



► Feitas as escolhas, o congressista imprime a cédula, que conterá os votos e um QR Code identificando as opções



► No local de votação, no Plenário da Câmara, o parlamentar entrega a cédula, que receberá a identificação do congressista



► Os votos são eletronicamente computados por meio do QR Code e do código de barras que identifica o parlamentar



► Os líderes podem pedir a votação em separado de dispositivos vetados. O número de pedidos varia com o número de parlamentares do partido ou bloco

# Acordo sobre Imposto de Renda gera nova MP

Medida provisória com reajuste escalonado na tabela do IR foi resultado de entendimento entre o governo e líderes da base no Congresso. Oposição pode recorrer ao Supremo

FRUTO DE ACORDO selado na terça-feira entre líderes partidários, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a Medida Provisória (MP) 670/2015, que traz os reajustes da tabela do Imposto de Renda (IR), foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*. A correção vale a partir de abril do ano-calendário de 2015, ou seja, não terá efeito para as declarações que deverão ser entregues até o dia 30 do próximo mês.

A MP estabelece a correção escalonada na tabela do IR em cinco faixas salariais. E cada faixa tem uma alíquota específica para o cálculo do imposto (*veja quadro*).

A proposta acordada é mais benéfica para as duas menores faixas de renda. Elas reúnem mais de 17 milhões de contribuintes, 65,8% das pessoas sujeitas à declaração. Na pri-

meira faixa, por exemplo, estão as pessoas que ganham até R\$ 1.903,98 e estão isentas do pagamento de imposto.

Segundo o ministro Levy, o impacto do reajuste da tabela nas contas do governo será de mais de R\$ 6 bilhões. A correção em 4,5%, proposta original do governo, resultaria em uma renúncia fiscal de R\$ 5 bilhões. No entanto, o reajuste para toda a tabela de 6,5%, que havia sido aprovado pelo Congresso, implicaria perda ainda maior de arrecadação: R\$ 7 bilhões.

Com a edição da MP, o Congresso seguiu a expectativa do governo e manteve o veto da presidente Dilma Rousseff ao reajuste único de 6,5% (*leia texto abaixo*).

## Supremo

A edição da MP 670 não agradou à oposição. O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), admitiu que a medida provisória pode ter a constitucionalidade questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). Os opositores alegam que a proposta não

trata todos os contribuintes da mesma forma.

Cássio afirmou que os novos abatimentos previstos na MP estão longe de corrigir o que foi corroído pela inflação e criticou o entendimento entre base no Congresso e governo.

— Cada deputado e cada senador que sustenta o governo Dilma Rousseff aqui no Congresso Nacional terão que olhar no olho do contribuinte e dizer: eu sou agora a onça-pintada, porque aumentei o seu imposto. Como se não bastasse o Leão do Imposto

de Renda, agora o Congresso Nacional pode se transformar em um bando de onças-pintadas que não cansa de cobrar imposto do trabalhador — afirmou o senador.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), por outro lado, disse que a medida provisória procura beneficiar os que mais precisam, os mais pobres. O parlamentar afirmou ainda que a proposta obedece fielmente à Constituição.

— A própria Constituição deixa claro que é perfeitamente possível, no que diz respeito à cobrança de impostos, termos valores diferenciados de acordo, inclusive, com as posses, a renda ou as condições que cada segmento tem. Eu acho que essa tese não prospera no Supremo Tribunal Federal caso seja colocada uma ação de inconstitucionalidade — disse Humberto.

## Reajuste escalonado

FAIXA	ALÍQUOTA DO IMPOSTO	VALORES ATUAIS PARA BASE DE CÁLCULO MENSAL	REAJUSTE ACORDADO	NOVOS VALORES PARA BASE DE CÁLCULO MENSAL
1	0%	até R\$ 1.787,77	+6,5%	até R\$ 1.903,98
2	7,5%	de R\$ 1.787,78 até R\$ 2.679,29	+6,5%	de R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65
3	15%	de R\$ 2.679,30 até R\$ 3.572,43	+5,5%	de R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05
4	22,5%	de R\$ 3.572,44 até R\$ 4.463,81	+5%	de R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68
5	27,5%	acima de R\$ 4.463,81	+4,5%	acima de R\$ 4.664,68

# Manutenção do veto confirma diálogo entre governo e líderes

O veto da presidente Dilma Rousseff ao reajuste de 6,5% da tabela do Imposto de Renda foi mantido ontem pelo Congresso por 208 votos a favor e 239 contrários, mais 3 abstenções (eram necessários 257 votos para derrubar o veto).

Para o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), o lado mais importante do debate em torno do reajuste do IR foi a abertura da negociação entre Congresso e governo pela nova proposta apresentada.

— Essa iniciativa permitiu um diálogo elevado, com apresentação de propostas e contrapropostas, e chegamos a um entendimento com a

presidente e o ministro da Fazenda. O simbolismo do entendimento é a coisa mais importante que conseguimos construir — comemorou.

Para Ronaldo Caiado (GO), líder do DEM, porém, o governo faz a população pagar pela “malversação do dinheiro público”.

— O cidadão brasileiro está sendo assaltado em mais de R\$ 7 bilhões. Como é que esta Casa vai negar um reajuste que é exatamente a inflação que ocorreu no ano passado?

Humberto Costa rebateu citando o período em que o PSDB ocupou a Presidência da República: entre 1996 e 2001



Renan preside sessão do Congresso: maratona durou quase 12 horas e resultou na manutenção de todos os vetos

não houve reajuste da tabela. — É uma medida que busca beneficiar quem tem renda menor — reforçou.

Para o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), o veto é injusto. — O governo foi quebrado

pela incapacidade gerencial da presidente, que agora chama o povo para pagar ainda mais impostos — criticou.

## Segundo Cássio, correção deveria seguir inflação

Em pronunciamento na sessão do Congresso, o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), disse que o partido e as demais legendas de oposição não pactuam o acordo entre o governo e sua base, que prevê o veto à correção da tabela do IR em 6,5%.

— Temos compromisso com o que é prometido na campanha. Aécio garantiu que, se fôssemos governo, a correção acompanharia a inflação.

Ele disse que a irresponsabilidade fiscal do governo “quebrou o país”.



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

## Ataídes pede que texto seja devolvido ao Planalto

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) defendeu a devolução, pelo Congresso Nacional, da medida provisória que corrige a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física de forma escalonada (MP 670/2015), a exemplo do que ocorreu com a MP 669/2015, da desoneração da folha salarial.

— Esta MP 670 causa mais distorções no sistema tributário brasileiro. A presidente Dilma cria mais um esqueleto para o Poder Judiciário resolver — advertiu o parlamentar ontem, durante sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado.

## Oposição não concorda com nova regra, diz Aloysio

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou ontem que examinará “com uma lupa” a MP 670/2015, que traz os reajustes da tabela do IR de forma escalonada.

O senador, que defendia a derrubada do veto ao projeto de reajuste da tabela do IR em 6,5%, disse que a oposição não concorda com as novas regras.

— A MP considera como milionário aqueles que ganham acima de R\$ 4.200. Este é o governo do PT — disse o parlamentar.



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

## Sistema tributário é perverso, afirma Ricardo Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) — também favorável à derrubada do veto à correção do Imposto de Renda — classificou o sistema tributário de perverso e deformado. Segundo ele, desde a estabilização da moeda, todos os governos usaram a defasagem na tabela do IR para financiar as despesas.

O senador defendeu a correção automática do IR pela inflação e pediu uma reforma tributária que reduza a cobrança sobre os que ganham menos.



Mônica Moritz/Agência Senado

## Humberto: medida marca entedimento entre Poderes

O líder do PT, Humberto Costa (PE), defendeu a medida provisória editada ontem que corrige a tabela do Imposto de Renda.

Para ele, a MP pode marcar uma nova relação nas negociações entre Executivo e Legislativo, “marcadas pelo entendimento”. O acordo é que a MP substitua a proposta vetada pela presidente.

— É uma medida que busca beneficiar quem tem renda menor, atende em parte aquilo que nós gostaríamos que acontecesse.



Adriano Kikazu/Agência Senado

## Vanessa aponta incoerência de opositores

Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) apoiou ontem o reajuste da tabela do IR proposto pelo governo. Ela criticou a oposição e lembrou que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o reajuste foi feito apenas no segundo mandato, por pressão do Congresso.

— Estou ouvindo pronunciamentos que têm o único objetivo de confundir a população. Não há nenhuma coerência com a prática. Absurdo é o que acontecia no passado! — criticou a senadora.



Marcos Oliveira/Agência Senado

# Contribuição previdenciária sobre emprego doméstico não muda

Veto da Presidência da República à redução dos percentuais pagos por patrões e empregados foi mantido em votação do Congresso ontem

O CONGRESSO MANTEVE ontem o veto integral da presidente Dilma Rousseff a projeto que reduzia para 6% do salário a contribuição previdenciária do empregador e a do empregado doméstico. Hoje, o patrão paga 12%, e o trabalhador, 8%, 9% ou 11%, conforme a faixa salarial.

Na defesa do Veto 34/2014, o governo argumenta que a redução das alíquotas resultaria em uma perda de cerca de R\$ 600 milhões por ano na arrecadação da Previdência, “não condizente com o momento econômico atual”.

Em mensagem ao Congresso, a presidente citou outro argumento dos Ministérios da Previdência, da Fazenda e do Planejamento a favor do veto: o projeto vetado é anterior à promulgação da Emenda Constitucional 72/2013, “cuja regulamentação legal, de forma integral e mais adequada, encontra-se em tramitação no Congresso”. A emenda trata da ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos.

Durante a votação, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), defensores da manutenção do veto, afirmaram que a Câmara deverá votar, nesta semana, o PLS 224/2013, que

prevê alíquota única de 20% para recolhimento do FGTS e das contribuições sociais, o Supersimples Doméstico.

Os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) contestaram a justificativa do governo. Cássio disse que o valor do suposto impacto negativo nas contas da Previdência é pequeno diante dos valores que o país teria perdido em episódios de corrupção narrados pelo ex-executivo da Petrobras Pedro Barusco em depoimento à CPI da Petrobras na Câmara, na terça-feira.

Randolfe disse que o incentivo à formalização da relação de emprego, gerado pela redução das alíquotas, compensaria eventual perda.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) alertou para os efeitos negativos da manutenção da carga tributária sobre trabalhadores de baixa renda, como os domésticos, e sobre empregadores com poucas condições de suportá-la. Para ele, a cobrança de alíquotas que variam de 20% a 23% provoca desemprego.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) defendeu a derrubada do

veto, por entender que o projeto ajuda a classe média e contribui para a formalização do emprego. O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que a redução da alíquota não tem grande impacto na Previdência, que, para ele, precisa ter administração melhor.

A redução da contribuição previdenciária sobre o emprego doméstico foi proposta no PLS 161/2009 pela ex-senadora Serys Slhessarenko. O Senado aprovou a matéria no início de 2010. Depois de passar pela Câmara, o projeto foi vetado no fim do ano passado.



Redução das contribuições sobre o emprego doméstico tiraria R\$ 600 milhões por ano da Previdência, segundo o governo

## Congresso mantém vetos em projetos menos polêmicos

O Congresso decidiu ontem manter outros vetos feitos pela Presidência da República.

Um deles é o veto ao PLS 47/2008, que estabelecia que veículos apreendidos fossem destinados ao transporte escolar das prefeituras. O Executivo justificou que a medida poderia colocar em risco a segurança dos alunos.

Também foi confirmado o veto total ao projeto (PLS 66/1999) que definia a linha oficial de pobreza como “rendimento anual mínimo necessário para que grupo familiar ou pessoa que viva sozinha possa adquirir os bens e serviços necessários a uma vida digna”.

Outro veto mantido, mas desta vez parcial, foi ao PLC 99/2013, que alterava a Lei de Responsabilidade Fiscal. A proposta exigia um quórum especial para fins de aprovação de convênio que tenha por objeto a concessão de remissão dos créditos tributários constituídos em decorrência de benefícios ou incentivos fiscais.

O Congresso acatou ainda o veto total ao PLC 96/2014, que permitia a associação, sem vínculo empregatício ou previdenciário, entre corretores e imobiliárias. Pelo texto, o corretor de imóveis poderia se associar a uma ou mais imobiliárias. Os vetos parciais ao Estatuto da Metrópole (PLC 5/2014) também foram confirmados.

## Rejeição à jornada de 30 horas para psicólogos é confirmada

Outro veto mantido ontem foi ao projeto de lei que estabelecia jornada de trabalho de 30 horas semanais para os psicólogos, em vez das atuais 40 horas (PLC 150/2009). Foram apurados 205 votos de deputados pela derrubada e 95 pela manutenção da decisão da presidente. Ficaram faltando 52 votos para atingir a maioria absoluta (257 votos) necessária para a rejeição. Por isso, nem foi realizada a votação entre os senadores.

O veto prevaleceu mesmo depois de manifestações pela derrubada feitas pela maioria dos líderes e parlamentares que usaram a palavra. Ao encaminhar a votação, eles destacaram a importância e complexidade do trabalho exercido pelos psicólogos. Apesar disso, os votos não apareceram na quantidade necessária quando o painel de votação registrou o resultado.

O projeto passou por longa tramitação e a votação foi concluída na Câmara em outubro passado, na forma do substitutivo aprovado pelo Senado. Ao justificar o veto, Dilma alegou

que a redução da jornada impactaria o orçamento dos entes públicos, sobretudo dos municípios, com risco às políticas de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a presidente, a medida também pode elevar custos dos empregadores no setor privado.

A senadora Marta Suplicy (PT-SP), autora do substitutivo, lembrou que a categoria está em permanente relação com pessoas que enfrentam os mais diferentes distúrbios psicológicos e familiares, com sofrimento mental, desorganização psicológica e traumática, além de diferentes sociopatias.

— A jornada de trabalho hoje existente acaba tendo um peso no estresse, na qualidade do trabalho do psicólogo, e é isso que esse projeto visa preservar.

A carga de estresse foi também destacada pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Segundo ele, a profissão tem especificidades que justificam tratamento especial na fixação da jornada. Já o líder do governo na Câmara, depu-

tado José Guimarães (PT-CE), apontou a hipótese de vício de iniciativa em relação ao projeto, já que o tema estaria relacionado à esfera de competência do Executivo.

Guimarães também afirmou que nenhum governo lutou tanto para consolidar o SUS quanto o de Dilma. Segundo o líder, somente no Programa Saúde na Família atuam hoje mais de 10 mil psicólogos.

### Negociação coletiva

Sobre a jornada, contudo, ele salientou que a questão não pode ser discutida somente com os psicólogos, mas com todas as categorias do SUS. E sugeriu que a partir de agora seja estabelecida uma mesa de negociação ampla, inclusive para debater o impacto para os setores público e privado.

— Prefiro o caminho da negociação para não prejudicar os psicólogos ao faz de conta só para fazer média com a opinião pública e com vocês — disse Guimarães, falando aos psicólogos nas galerias.

No veto, Dilma também observou a inexistência de regras

de transição “para os diversos vínculos jurídicos em vigor”. Quanto à falta de estimativa de impacto orçamentário, observou que essa ausência contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ainda segundo a presidente, a negociação coletiva é uma opção mais adequada para harmonizar interesses de gestores da saúde e dos profissionais.

O texto original, do deputado Felipe Bornier (PSD-RJ), previa que a jornada de trabalho e as horas extras seriam definidas por acordo ou convenção coletiva. No Senado, foi estabelecida a jornada de 30 horas, regra depois confirmada pelos deputados.



Marta lembrou desgaste da profissão para defender a jornada menor

# Mantido veto a prorrogação de contratos de energia

Derrubada foi defendida por parlamentares da oposição e do governo, especialmente do Nordeste, alegando que os contratos contribuem para desenvolver a região e para reduzir as desigualdades

APÓS INTENSA DISCUSSÃO, o Congresso Nacional decidiu ontem manter o veto à prorrogação, até 2042, de contratos entre geradoras de energia e empresas que são grandes consumidoras de energia. Os contratos se encerram em 30 de junho.

Parlamentares do governo e da oposição se mobilizaram pela derrubada. Na Câmara, a maioria decidiu derrubar o veto (foram 310 votos contra e 154 pela manutenção). No Senado, porém, foram 39 contra e 21 pela manutenção. Eram necessários 41 votos contra.

O item era um dos vários vetados pelo Executivo no projeto de lei de conversão da MP 656/2014, que também tratava da correção da tabela do Imposto de Renda. Segundo o governo, a prorrogação do benefício forçaria o aumento de tarifa de energia.

O governo alegou, ainda, dificuldade de manter o incentivo aos grandes consumidores frente aos problemas de abastecimento decorrentes da queda de volume de água nos reservatórios das hidrelétricas.

A decisão da presidente Dilma Rousseff foi criticada também por aliados.

Romero Jucá (PMDB-RR) explicou que não era um voto contra o governo.

— Ao contrário, ao votar assim, esta Casa sinaliza que quer um modelo econômico de desenvolvimento e segurança jurídica.

Esse ponto também foi destacado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para quem a manutenção das empresas no Nordeste colabora com a redução das desigualdades.

— O Congresso renovou a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos para não sinalizar no sentido contrário. É o mesmo argumento que está sendo

defendido pelo Nordeste.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) reclamou que o veto faz com que o Nordeste pague a conta maior, já que muitas usinas foram para a região nos últimos anos, gerando emprego e desenvolvimento. Fernando Collor (PTB-AL) e Walter Pinheiro (PT-BA) também defenderam a derrubada.

Os líderes do PT no Senado, Humberto Costa (PE), e do governo na Câmara, José Guimarães (CE), defenderam a manutenção do veto. José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso, informou que o Planalto busca acordo com as empresas atingidas.



Indústrias pesadas estão entre os grandes consumidores de energia elétrica

## Lídice defende percentual mínimo de cacau em chocolates

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) solicitou na terça apoio dos parlamentares a projeto dela (PLS 93/2015) que fixa o percentual mínimo de cacau nos chocolates e derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos.

Lídice afirmou que a proposta, além de assegurar o direito do consumidor de saber o que



Marco Oliveira/Agência Senado

está comprando, estimula a cacauicultura brasileira. Informou que cerca de 70 mil brasileiros vivem do cultivo, que incentiva a sustentabilidade ambiental, sendo responsável pela manutenção da Mata Atlântica no sul da Bahia.

— Esse projeto é importante para regular a produção do cacau, estimulando a não importação e fazendo com que o país possa adotar uma política planejada para a produção de cacau — defendeu.

## Randolfe afirma que mineradora cometeu crimes no Amapá

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) denunciou, na terça-feira, o que chamou de “crimes e graves irregularidades” de uma empresa que explora minério de ferro no Amapá. Conforme informou, a empresa Zamin Amapá Mineração S.A. decidiu fechar as atividades de exploração no estado, deixando dívidas com o fisco estadual e com os municípios de Serra do Navio e Pedra Branca.

Segundo o senador, foram fechados 700 empregos diretos e cerca de 5 mil indiretos.

A empresa estaria devendo os direitos trabalhistas e não teria recolhido o FGTS dos empregados. Randolfe lembrou que, em 2013, o porto fluvial de transporte de minérios usado pela Zamin afundou, causando a morte de seis operários. Segundo ele, até hoje as famílias não foram indenizadas e as circunstâncias do acidente não foram esclarecidas.

— Faço questão de deixar esse alerta. O povo do Amapá ficou na miséria e com a dívida da empresa — lamentou.

## Orçamento de 2015 deve ser votado na terça-feira

Por falta de acordo entre oposição e base governista, foi adiada a votação do Orçamento 2015 (PLN 13/2014). O projeto aguarda votação desde o fim de 2014. Por isso, o Executivo vem contando, em 2015, apenas com a liberação mensal de 1/12 do valor previsto para o custeio da máquina pública.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse esperar que haja consenso para votação do texto na próxima sessão do Congresso, marcada para terça-feira.



Reprodução/Economia

Governo se compromete a simplificar exigências para máquinas agrícolas

## Acordo prevê MP para acabar com licenciamento de tratores

O Congresso manteve ontem o veto à dispensa de licenciamento de colheitadeiras, tratores e outros maquinários agrícolas. Foram 215 votos contrários e 168 a favor na Câmara.

Conforme previa o projeto derivado da MP 656/2014, acabaria o licenciamento para as máquinas agrícolas, sendo exigido apenas o registro em cadastro da repartição de trânsito para aqueles fabricados ou importados a partir de 2015. O governo ficou de apresentar outra proposta sobre o tema para garantir a simplificação de exigências legais e segurança no tráfego.

O deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara, informou que há um acordo entre líderes e representantes dos produtores para apresentar um texto que servirá de base para o governo editar uma medida provisória sobre o assunto.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) disse confiar no acordo.

O Veto 4/2015 também atingia outros itens. Foi mantido o veto à possibilidade de as indústrias deixarem de apurar o crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com compensação em contribuições sociais.

José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso, lembrou que 24,5% do IPI vai para o Fundo de Participação dos Municípios e 22,5% para o Fundo de Participação dos Estados, abastecendo ainda os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Por sugestão de Romero Jucá (PMDB-RR), serão negociadas com o governo outras formas de ajuda a empresas em recuperação judicial, tendo em vista a confirmação do veto ao parcelamento de débitos em até 180 meses.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto,  
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretor de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Rodrigo Chia  
**Coordenação de Edição:** Sílvio Burtle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão quer debater propostas com os titulares do Turismo, da Integração Nacional e das Cidades. Dirigentes da Sudam, Sudene e Sudeco também serão ouvidos

# Ministros discutirão desenvolvimento regional

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), presidida pelo senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), aprovou ontem sete requerimentos para audiências públicas.

A proposta é ouvir, nos debates, os ministros do Turismo, da Integração Nacional e das Cidades, além dos dirigentes das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco).

A comissão quer ouvir dos ministros e dos superintendentes quais são as ações previstas para os próximos quatro anos. Um dos requerimentos aprovados, de autoria do senador José Pimentel (PT-CE), solicita uma audiência com o ministro da Integração Nacional para discutir o andamento das obras de transposição do Rio São Francisco.

Na avaliação da senadora Simone Tebet (PMDB-MS), que requereu a audiência para ouvir o superintendente da Sudeco, a recriação desse organismo trouxe novo alento para a promoção do desenvolvimento regional, no sentido de maior interação do



Comissão, presidida por Davi Alcolumbre, planeja audiências para tratar de temas como transposição do São Francisco e investimentos em logística no Centro-Oeste

governo federal com estados e municípios do Centro-Oeste e de coordenação mais eficaz das ações em prol do desenvolvimento da região.

A senadora disse que preparou algumas questões para a audiência, como quais os principais investimentos a serem efetivados pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste e como se dará a distribuição do fundo entre os estados.

Além disso, Simone Tebet

quer saber qual é o plano estratégico de desenvolvimento da região de 2007 a 2020 e, na visão da Sudeco, quais são os principais desafios que eles entendem para o desenvolvimento econômico e social da região.

— Finalizando, (queremos saber) as perspectivas de investimentos no setor especialmente de logística, porque nós sabemos que esse é o grande gargalo não só do

Centro-Oeste, mas de todo o interior do país — disse a senadora.

Elmano Férrer (PTB-PI) afirmou que a comissão deve aproveitar as audiências para discutir como fortalecer esses organismos regionais (Sudene, Sudam, Sudeco).

— O problema desses organismos regionais é que são organismos que estão hoje esvaziados. Eu creio que a primeira grande luta nossa,

de natureza política, é se há ambiente, se há condições de fortalecermos o regionalismo através de uma revitalização dessas instituições — afirmou Elmano.

Ainda sem datas marcadas, a comissão deve ouvir primeiro os representantes das superintendências regionais em audiências públicas separadas. Em seguida, devem ocorrer os debates com os ministros, também em reuniões isoladas.

## Ciclo debaterá financiamento da educação básica

O ano de 2020 é o limite de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Com o desaparecimento dessa fonte de recursos batendo à porta do sistema educacional brasileiro, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) decidiu promover, entre os meses de março e abril, o ciclo de audiências públicas A Construção do Cenário Pós-Fundeb e a Implantação do Custo-Aluno Qualidade (CAQ).

A iniciativa partiu da vice-presidente da comissão, Fátima Bezerra (PT-RN), que quer discutir alternativas ao financiamento da educação básica a partir das metas traçadas no Plano Nacional de Educação (PNE).

— Sabemos o quanto o Fundeb é fundamental para estados e municípios manterem a política de financiamento da educação básica. Ele veio corrigir o caráter fragmentado do Fundef [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental] e vai da creche ao ensino médio — observou a senadora.

Conforme adiantou, o PNE já traçou como meta a projeção de investimentos na educação pública equivalente



Fátima Bezerra, vice-presidente da Comissão de Educação, que propôs debates

a 7% do produto interno bruto (PIB) até 2019, alcançando 10% em 2024.

### Balizadores

Não se pode perder de vista ainda, segundo Fátima, outros dois parâmetros “balizadores” da reforma no financiamento educacional: a implantação do CAQ, a partir de 2016, e a equiparação, até 2020, do rendimento médio dos professores da rede pública ao dos demais profissionais de nível superior do país.

— É consenso que esses cenários exigem uma maior participação da União no financiamento da área, a partir da efetivação de seu papel

supletivo e redistributivo, não só por meio dos recursos advindos da exploração do petróleo, mas também de outras fontes permanentes e sustentáveis — comentou Fátima.

Esse ciclo de debates da CE vai ser aberto com o tema “Fundeb: reformulações necessárias, perspectivas de prorrogação e desafios a vencer”. As outras três audiências públicas deverão abordar, respectivamente, a implementação do CAQ, a política de valorização dos profissionais da educação e a construção de um Sistema Nacional de Educação em regime colaborativo.

## Entidade ligada ao esporte pede renovação de incentivos fiscais

Representantes da Rede do Esporte pela Mudança Social (Rems) entregaram ontem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) reivindicações para o desenvolvimento do setor no Brasil. A renovação da Lei de Incentivo ao Esporte foi uma das principais. O texto concede abatimentos no Imposto de Renda para quem faz doações para projetos voltados ao esporte.

Joana Miraglia, representante da Rems, disse que a renovação dos incentivos, prevista para acabar em dezembro, vai assegurar a continuidade de projetos que já estão em andamento.

— A gente trouxe duas propostas: uma é a montagem de um sistema nacional do esporte, com um planejamento

para o esporte nos próximos dez anos; a segunda é referente à Lei Nacional do Esporte, para o aprimoramento e a renovação da lei — explicou.

A vice-presidente da comissão, Fátima Bezerra (PT-RN), disse que as reivindicações vão contribuir de maneira permanente para os trabalhos do colegiado. A senadora destacou também que a criação do Sistema Nacional do Esporte estabelecerá uma política de Estado para o setor.

— Para além de governos, voltada para a promoção do esporte. Sabemos o quanto o esporte é importante e essencial para o desenvolvimento humano — disse a senadora.

No dia 19, a CE promove seminário para discutir políticas de fortalecimento do esporte no Brasil.



Rede do Esporte pela Mudança Social propõe sistema nacional para o setor

Comissão de Direitos Humanos discute hoje duas medidas provisórias que alteram benefícios como pensão e seguro-desemprego

# Audiência debate mudanças em direito trabalhista

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) do Senado promove hoje audiência pública interativa a respeito de duas medidas provisórias que alteram direitos de trabalhadores.

A primeira é a Medida Provisória (MP) 664/2014, que altera as Leis 8.213/1991 (Regime Geral da Previdência Social) e 8.112/1990 (Regime Próprio dos Servidores Públicos). As mudanças dizem respeito à aposentadoria, pensão, auxílio doença e vínculo conjugal, entre outros.

Também está na pauta a MP 665/2014, que altera a Lei 7.998/1990 (que instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador) e a Lei 10.779/2003

(que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal), modificando os direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, abono salarial e seguro-defeso para o pescador.

A audiência foi solicitada pelos sindicatos e federações de trabalhadores preocupados com as consequências dessas medidas, previstas no pacote de reajuste fiscal do governo federal.

As medidas provisórias encontram resistência por parte dos setores organizados da sociedade e de parlamentares, governistas e de oposição, pela retirada ou redução de benefícios trabalhistas, tendo em vista o ajuste fiscal. Os



Sindicatos e senadores discordam de alterações em benefícios da Previdência

sindicatos alegam que não foram ouvidos e manifestam discordância com a adoção dessas medidas.

A audiência pública foi requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e está marcada para as 9h. Os cidadãos podem participar por meio do Portal e-Cidadania e do Alô-Senado, pelo telefone 0800 612211.

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

## Oito comissões do Senado já têm presidente

Das 12 comissões permanentes, só 4 não têm definição sobre quem vai presidi-las. Dessas, o PMDB ficará com a de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Infraestrutura (CI). E o PTB, com a Comissão Senado do Futuro.

### Definidos

- Assuntos Econômicos:** Delcídio do Amaral (PT-MS)
- Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática:** Cristovam Buarque (PDT-DF)
- Desenvolvimento Regional:** Davi Alcolumbre (DEM-AP)
- Direitos Humanos e Legislação Participativa:** Paulo Paim (PT-RS)
- Educação, Cultura e Esporte:** Romário (PSB-RJ)
- Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle:** Otto Alencar (PSD-BA)
- Agricultura e Reforma Agrária:** Ana Amélia (PP-RS)
- Relações Exteriores:** Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

## Randolfe Rodrigues pede indicações para CPI do HSBC

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) voltou a pedir, em Plenário, que os líderes partidários indiquem os membros para a CPI do HSBC, que investigará a abertura de contas secretas na Suíça. A suspeita é de uso das contas para sonegação fiscal e evasão de divisas.

A CPI foi criada no fim de fevereiro, mas os trabalhos só podem começar com a indicação dos membros (11 titulares e 7 suplentes) pelos partidos.

— Faço aqui um apelo aos líderes dos blocos e dos partidos políticos para que façam, quanto antes, a indicação dos membros para essa comissão parlamentar de inquérito, a fim de que tão logo possamos fazer a sua instalação.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Reguffe: Congresso deve fiscalizar e aprovar reformas

Em discurso terça-feira, Reguffe (PDT-DF) afirmou que o país está atravessando um momento delicado, com crise econômica e política e denúncias de irregularidades na Petrobras e no BNDES. Ele lembrou que assinou uma CPI para a Petrobras e outra para investigar o BNDES, mesmo contra a orientação de seu partido. Outra CPI que recebeu o apoio de Reguffe foi a do HSBC.

— Considero que é uma função do Legislativo a fiscalização do Poder Executivo — afirmou.

Reguffe ressaltou que, além de fiscalizar, o Congresso precisa aprovar as reformas que são exigidas pela sociedade. Assim, o Parlamento pode recuperar o prestígio diante do cidadão.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## PSB apoia apuração e critica prejulgamento, afirma Capiberibe

O senador João Capiberibe (PSB-AP) leu ontem nota oficial da bancada de seu partido sobre a inclusão de parlamentares na lista de pedidos de inquérito da Operação Lava-Jato enviada ao Supremo. Deputados e senadores do PSB reunidos definiram a situação como da maior gravidade e potencialmente danosa para o ambiente político, e manifestaram apoio ao aprofundamento das investigações com a devida celeridade para “evitar prejulgamentos”.

— Nunca imaginei que poderíamos chegar a situação tão triste, dramática e complicada! A atividade política, fundamental para a sociedade, chegou a um nível de desqualificação que chega a nos envergonhar — lamentou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Ataídes Oliveira diz que país “perdeu o leme e está à deriva”

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) disse que o Brasil “perdeu o leme e está à deriva no mar” ao registrar a queda de poupança interna, que superou R\$ 11 bilhões nos dois primeiros meses deste ano. O senador observou que a presidente Dilma Rousseff está “completamente fora da realidade e desconectada ao que está ocorrendo nas ruas”.

— Dilma perde a governabilidade dia após dia e isso é gravíssimo. A recessão bateu à nossa porta, já entrou de vez na nossa casa. Assistimos perplexos o resultado do desmonte da política econômica do governo FHC, que levou o país à estabilidade social e econômica — afirmou o parlamentar.



Moreira Mariz/Agência Senado

## ARQUIVO S

Nossa história é nosso maior patrimônio

“Arquivo S” é o novo caderno especial do Jornal do Senado. Publicado na primeira segunda-feira do mês, o caderno traz matérias especiais de momentos históricos do Brasil, contadas por meio de documentos raros protegidos no acervo do Arquivo do Senado. Um patrimônio nacional de grandes acontecimentos que marcaram a sociedade, provocaram mudanças no país e alteraram o curso da história do Brasil.